## Sumário

Missão e objetivos da Revista dos Tribunais	7
EDITORIAL RT 1043	9
Doutrina	
Administrativo	
O gerenciamento de riscos nos contratos públicos pelas pessoas jurídicas de direito privado e o dever fundamental de proteção do patrimônio público em tempos de Covid-19	
The management of risks in public contracts by private entities and the fundamental duty to protect the public patrimony under Covid–19  Adriano Sant'Ana Pedra e Horácio Augusto Mendes de Sousa	17
A responsabilidade civil do estado por erro judiciário e a coisa julgada  The civil liability of the state for judicial error and res judicata  Augusto Passamani Bufulin e Caio Souto Araújo	37
Civil	
Revisão judicial do contrato por Covid-19, entre a imprevisão e a lesão objetiva: a Lei 14.216/21 nos contratos vigentes	
Contract judicial review due to Covid-19, between void transaction and contract performance impossibility: Law 14,216/21 in current contracts  RAFAEL CASTRO DE PAULA MACHADO	55
Propriedade e direito de autor – fundamentos para a construção de limites e exceções no sistema de direito autoral brasileiro	
Property and copyright – elements for delimitation of limits and exceptions in the brazilian copyright system  RAFAEL CIMATTI ELIAS	73
Constitucional	
O princípio da segurança jurídica e o caso do fundo constitucional do Distrito Federal Principle of legal security and the case of the constitutional Federal District fund GIOVANI CLARK, FLÁVIO COUTO BERNARDES E VICTOR PIMENTA DE MIRANDA	99
A liberdade de expressão em tempos de desinformação: análise dos precedentes formados a partir do julgamento da ADI 4451 e da ADPF 572  Freedom of expression in times of disinformation: analysis of precedents formed from the judgment of ADI 4451 and ADPF 572	
Daniela Marques de Moraes e Tatiana Paula da Cruz	117

	Doações aos fundos de direitos da criança e do adolescente e o alcance da Emenda Constitucional 109/21	
	Donations to funds for the rights of children and adolescents and the reach of Constitutional Amendment 109/21	
	Hendrick Pinheiro e Denise Auad	131
Digital		
	Sequestro de dados e ataque cibernético na sociedade da informação	
	Data hijacking and cyber-attack in the information society  EMERSON PENHA MALHEIRO, EDUARDO SORRENTINO DE ALCÂNTARA E NATHALIA ESTEVES	149
Filosofi	A	
	Hans Kelsen, artifice da jurisdição constitucional	
	Hans Kelsen, artificer of the constitutional jurisdiction  Georges Abboud	167
PENAL		
	Tutela penal de bens jurídicos difusos: aproximações entre a teoria do bem jurídico e o harm principle anglo-americano para delimitar a tutela penal?  Criminal regulation of public interest: legal good theory and anglo-american harm	
	principle interconnections to restrain criminal law?  Catherine Ruriko Sato	185
Previdei	NCIÁRIO	
	A aposentadoria especial como instrumento de realização da dignidade do segurado e os empecilhos criados pelo STF	
	Special retirement as an instrument for achieving the insured's dignity and the packs create by STF	
	Débora de Jesus Rezende Barcelos	199
Process	o Civil	
	A redução do formalismo processual na aplicação das regras de impedimento e suspeição do juiz na cooperação judiciária nacional	
	La riduzione del formalismo processuale sull'applicazione delle norme di impedimento e sospetto del giudice nella cooperazione giudiziaria nazionale	
	Juliana Melazzi Andrade	227
TRABALH	0	
	Da acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade: uma dupla análise a partir da Constituição e das convenções internacionais	
	The accumulation of additional insalubrity and dangerousity: a double analysis from the Constitution and international conventions	
	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson e Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira	255
RESENHA		
	Wald, Arnoldo; Ferreira, Selma Lemes (coord.). <i>25 anos da Lei de Arbitragem</i> (1996–2021). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021	
	Clarissa Marcondes Macéa e Ernandes Sampaio Ramos	281

## Jurisprudência Comentada

• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	······································
UPREMO	Tribunal Federal
•	É inconstitucional norma estadual que cria cargos em comissão no Tribunal de Contas estadual
	Antonio Carlos Alves Pinto Serrano
UPERIO	r Tribunal de Justiça
•	Indicação de concubino como beneficiário de seguro de vida instituído pelo segurado casado e não separado de fato à época do óbito é inválida  VICTOR AUGUSTO BENES SENHORA
•	Não configura compensação de dívidas a negociação do passe de um atleta de futebol por não tratar-se de obrigação fungível  DANILO ULER CORREGLIANO e JARDEL GONÇALVES ANJOS FERREIRA
•	Cabível a alienação judicial do imóvel adquirido em comunhão, vindicado por parte do ex-companheiro pelo uso exclusivo do bem pela ex-companheira  Samantha Khoury Crepaldi Dufner
•	Afastada a prescrição de ação indenizatória em face de Estado estrangeiro, decorrentes da morte causada por naufrágio de embarcação brasileira provocado por submarino alemão durante a Segunda Guerra Mundial  Pedro Augusto de Jesus
Tribunai	de Justiça do Amazonas
•	Reduzido o montante indenizatório a ser pago pelo Estado àquele que sofre prisão injusta por erro do Poder Público
	Maurilio Casas Maia
SUPREMO	PRUDÊNCIA ÂNOTADA  D TRIBUNAL FEDERAL  É inconstitucional lei estadual que impõe condições para a construção de instalações nucleares e de energia elétrica
•	Reconhecida a imunidade recíproca da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos no tocante ao pagamento do IPTU incidente sobre os imóveis destinados à respectiva atividade-fim
•	Cabe ao executado provar que pequena propriedade rural é explorada em regime familiar
SUPERIOR	r Tribunal de Justiça
•	Condômino pode pedir usucapião em nome próprio quando exerce posse sem oposição do ex-cônjuge coproprietário

Tribunal Superior do Trabalho	
Manejo de gado é considerado atividade de risco no caso de acidente de vaqueiro e enseja responsabilidade objetiva do empregador	407
Tribunal Superior Eleitoral	
<ul> <li>Caracterizado o constrangimento ilegal na apuração do crime de falsidade ideo- lógica eleitoral, uma vez que nenhuma alteração de conteúdo no requerimento de registro de candidatura foi realizada</li> </ul>	413
Tribunal de Justiça do Paraná	
<ul> <li>Impossibilidade de inversão do ônus da prova para obtenção de indenização por danos materiais securitários, tendo em vista a inexistência de vulnerabilidade do consumidor, o qual detém todas as informações sobre as circunstâncias do evento danoso</li> </ul>	417
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	
<ul> <li>Discussão acalorada entre familiares em que supostamente houve acusação da prática de furto não caracteriza dano moral indenizável</li> </ul>	421
Tribunal de Justiça de São Paulo	
<ul> <li>Hospital é condenado ao pagamento de indenização por danos morais por não proceder à internação de gestante de alto risco que acarretou a morte do feto</li> </ul>	425
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
Índice de Temas	429
Índice de Autores	433
Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita	437
EI 97.0	7.1

## Conteúdo Extra

Breves Comentários à Emenda Constitucional 125/2022 RENNAN THAMAY

